



Redes de financiamento eleitoral e grupos de capital na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados

RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI
Universidade Federal do Paraná

IVAN JAIRO JUNCKES
Universidade Federal do Paraná

TAINÁ REIS SERAFIM
Universidade Federal do Paraná

PEDRO BASTOS NETO
Universidade Federal do Paraná

RESUMO

O artigo analisa as redes de financiamento eleitoral dos deputados federais que compuseram a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS, durante a 54ª Legislatura (2011-2014). O objetivo é responder às seguintes questões: que forma assume a estrutura de financiamento dos membros da CMADS? Quais grupos de capital político-financeiro se formam e se relacionam no interior da rede? O Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral - TSE e os relatórios da comissão disponibilizados no site da Câmara dos Deputados forneceram os dados básicos da pesquisa, sobre os quais aplicamos a metodologia de Análise das Redes Sociais - ARS. Construímos as redes com o programa *Gephi* e, após eliminarmos suas camadas superficiais, elas apresentaram uma estrutura coesa, na qual a maioria dos nós se interliga por doadores em comum. Os resultados deixam clara a formação de comunidades articuladas dentro da CMADS, pautadas numa busca por identidade, seja partidária, seja por interesses em comum.

Palavras-Chave: Financiamento Eleitoral. Análise de Redes Sociais. Câmara dos Deputados. 54ª Legislatura. Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

ELECTORAL FINANCE NETWORKS AND CAPITAL GROUPS IN THE CHAMBER OF DEPUTIES COMMISSION ON ENVIRONMENT AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT

ABSTRACT

The article analyzes the electoral finance networks of the federal deputies who composed the Committee on Environment and Sustainable Development - CESD during the 54th Legislature (2011-2014). The objective is to answer the following questions: what shape does the finance structure of CESD members assume? Which groups of political-financial capital are formed within the network? The Electoral Data Repository of the Superior Electoral Court (SEC) and the Commission reports available on the Chamber of Deputies website provided basic data for the study, on which we applied the Social Network Analysis (SNA) methodology. We built the networks with software *Gephi* and after eliminating the superficial layers they revealed a topology showing a cohesive structure, in which common donors interconnect most of the nodes. The results make clear the formation of communities within the CESD, based on a search for identity, whether partisan or by common interests.

Keywords: Electoral Finance, Social Network Analysis. The Chamber of Deputies, 54th Legislature, Committee on Environment and Sustainable Development.

REDES DE FINANCIACIÓN ELECTORAL Y GRUPOS DE CAPITAL EN LA COMISIÓN DE MEDIO AMBIENTE Y DESARROLLO SOSTENIBLE DE LA CÁMARA DE LOS DIPUTADOS

RESUMEN

El artículo analiza las redes de financiación electoral de los diputados federales que compusieron la Comisión de Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible - CMADS, durante la 54ª Legislatura (2011-2014). El objetivo es responder a las siguientes cuestiones: ¿qué forma asume la estructura de financiación de los miembros de la CMADS? ¿Qué grupos de capital político-financiero se forman dentro de la red? El Repositorio de Datos Electorales del Tribunal Superior Electoral - TSE y los informes de la comisión disponibles en el sitio de la Cámara de los Diputados proporcionaron los datos básicos de la investigación, sobre los cuales aplicamos la metodología de Análisis de las Redes Sociales (ARS). Construimos las redes con el programa *Gephi* y, después de eliminar sus capas superficiales, ellas presentaron una topología que revela una estructura cohesiva, en la cual la mayoría de los nudos se interconectan por donantes en común. Los resultados dejan clara la formación de comunidades dentro de CMADS, pautadas en una búsqueda por identidad, sea partidaria, sea por intereses en común.

Palabras clave: Financiación Electoral, Análisis de las Redes Sociales - ARS, Cámara de los Diputados. 54ª Legislatura. Comisión de Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible.

1 INTRODUÇÃO

A participação e a influência dos grupos sociais na dinâmica democrática e no aparelho do Estado é um tema que guarda intrínseca relação com o aprimoramento da democracia, afinal pouco valeria uma eleição formalmente bem administrada se meios escusos influenciassem decisivamente os resultados. De outro lado, se a igualdade de condições nas disputas eleitorais é um dos requisitos do regime democrático, a desigualdade nas capacidades financeiras dos competidores impõe um desafio ao modelo, na medida em que, para se elegerem, os agentes políticos crescentemente dependem de dinheiro para financiar suas campanhas. Vale ressaltar que tais agentes são os principais responsáveis por conduzir processos decisórios, implantar políticas públicas e, em última instância, alocar os recursos que os governos arrecadam de toda a sociedade.

Nas eleições gerais brasileiras de 2010, as empresas doaram R\$ 2,3 bilhões, enquanto o total recebido pelos candidatos foi de R\$ 2,8 bilhões¹, ou seja, o financiamento empresarial correspondeu a 82% das receitas das campanhas políticas naquele ano. Tal volume de investimentos provoca diversos questionamentos acerca dos motivos pelos quais empresas decidem financiar candidaturas.

O relacionamento entre empresas, partidos e candidatos tem sido investigado por diversos grupos de pesquisa e autores. Claessens, Feijen e Laeven (2008) e Lazzarini et al. (2011) debatem o acesso de grupos privados ao financiamento de bancos públicos e Gonçalves (2011; 2012) discute benefícios tributários obtidos por esses grupos. Na vertente das determinantes do investimento eleitoral, ou seja, das razões que levam à decisão de doar, são dignos de menção os estudos de Samuels (2001), Santos (2009) e Lemos, Marcelino e Pederiva (2010), que analisam a importância da pertença dos candidatos à base de sustentação do grupo político que ocupa o Poder Executivo. Em uma nova vertente de pesquisas, Horochovski et al. (2016a, 2016b) mostram as relações das redes de financiamento de campanha com as despesas governamentais e com os padrões de votação dos deputados federais na discussão do Novo Código Florestal, em 2012.

Alinhando-se a esse conjunto de pesquisas, apresentamos aqui os resultados obtidos nas investigações sobre as redes de financiamento eleitoral dos deputados federais que compuseram a CMADS, na 54ª Legislatura (2011-2014). O objetivo principal é identificar os grupos de capital político-financeiro que se formam no interior da rede, grupos

¹Em valores atualizados pelo INPC (IBGE), de outubro de 2010 para maio de 2017: R\$ 3,7 e R\$ 4,5 bilhões respectivamente.

estes constituídos pelo relacionamento entre as empresas que aportam grandes quantias de dinheiro e as candidaturas que concentram os investimentos recebidos. Em outros termos, almejamos esquadriñar os atores centrais de uma rede ligada a um tema sensível para os processos decisórios concernentes aos modelos de desenvolvimento no País – mais ou menos sustentável, sobre-determinado pela dimensão econômica ou balanceado pelas perspectivas socioculturais e ambientais. O debate sobre a questão pode ser encontrado em Sachs (2000).

Ao lançar o olhar para a estrutura de financiamento dos membros da CMADS perguntamos: que forma assume tal estrutura, em outros termos, qual é a sua topologia? Quais grupos de capital político-financeiro se formam no interior dessa comissão parlamentar? Para responder às questões, utilizamos ferramentas e medidas da metodologia de ARS.

Os dados referentes aos deputados federais eleitos em 2010 e membros da CMADS entre 2011 e 2014 foram coletados nos relatórios de atividades da comissão, disponíveis no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados². Os dados de candidaturas e prestação de contas foram obtidos junto ao Grupo de Estudos Territoriais da Universidade Estadual de Ponta Grossa - GETE/UEPG, o qual dispõe de um banco de dados construído com arquivos disponíveis no Repositório de Dados Eleitorais do TSE³. Este material foi analisado no programa de ARS *Gephi*. Com o *OpenOffice Calc*, tabulamos os resultados em planilhas eletrônicas.

Pretendemos que o estudo contribua para a bibliografia que relaciona investimento eleitoral e benefícios aos investidores/grupos de interesse, lançando mão de um exercício metodológico, relativamente inovador, de aplicação da ARS para melhor compreensão dos fenômenos políticos. Desse modo, temos a possibilidade de prospectar e, principalmente, mensurar relacionamentos entre agentes públicos e financiadores eleitorais.

O artigo está dividido em quatro seções além desta introdução. Inicialmente, realizamos uma breve contextualização teórica sobre redes sociais e financiamento eleitoral e, a seguir, descrevemos os procedimentos de coleta e análise de dados. A terceira parte constitui a seção empírica do artigo, na qual apresentamos e discutimos os principais achados. Nas considerações finais, trazemos uma síntese dos resultados e apontamos perspectivas de continuidade e aprimoramento do trabalho.

² Disponíveis em:
<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads/documentos-1/relatorio-anual-de-atividades>

³ Disponível em:
<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>

2 REDES SOCIAIS, FINANCIAMENTO ELEITORAL E A IDENTIFICAÇÃO DE CANAIS DE PODER E INFLUÊNCIA

Em ambientes politizados de debate e disputa, é comum ouvir o dito “não existe espaço vazio na política”, a referir-se à necessidade de ocupar as posições em disputa, especialmente as mais centrais, pois caso alguém não o faça, certamente outrem o fará. Essa expressão, malgrado sua coloquialidade, guarda intrínseca relação com a teoria da ARS – vertente da sociologia estrutural que “se baseia numa noção clara dos efeitos das relações sociais sobre o comportamento individual e grupal” (MIRZUCHI, 2006, p. 73).

Mirzuchi (2006) tem abordado diversas questões em aberto na abordagem de redes para ilustrar a força desse paradigma em diferentes situações empíricas, concentrando-se em estudos de centralidade e poder, além dos subgrupos de rede e relações interorganizacionais. A agência humana, segundo o autor em tela, é capaz de modificar a estrutura social, uma vez que esta produz efeitos sobre os interesses e comportamentos dos agentes e é por eles retroalimentada, alterando sua posicionalidade na estrutura social. Com efeito, tal habilidade é função tanto dos recursos de diversas ordens de que os atores dispõem para mobilização quanto de sua capacidade estratégica.

Na política, especialmente no que tange aos ciclos das políticas públicas, o agente que ocupa uma posição de interlocutor entre outros dois ou mais atores, e que, portanto, controla o fluxo de informação e outros recursos de poder, é capaz de barrar ou garantir a aprovação de dispositivos normativos, travar ou acelerar processos de implementação de determinado programa e assim por diante. Isso significa que o espaço ocupado pelo agente na rede importa tanto para o seu comportamento, quanto para sua influência sobre o grupo (DEGENNE & FORSE, 2007).

Da mesma forma, a identificação de subgrupos dentro de uma rede é relevante porquanto “os atores formam blocos entre si *no interior* dos quais as relações são positivas e *entre os* quais as relações são negativas” (LEMIEUX & OUIMET, 2014, p. 58, grifos nossos). Do ponto de vista operacional, tal identificação é possível com a aplicação do algoritmo de modularidade, pelo qual são identificadas comunidades de atores com maior proximidade entre si, ou seja, que se relacionam mais intensamente (BLONDEL et al., 2008).

A formação de bancadas na Câmara dos Deputados por redes de financiamento é um exemplo do princípio de grupabilidade postulado pela teoria de redes. Esse princípio advém da tendência, apontada por White (1992), de os agentes buscarem nichos peculiares nos quais possam sustentar suas identidades. Para Mizruchi (2006, p. 81), “além de buscarem um nicho peculiar, os agentes de White procuram criar ambiguidade perante aqueles com que interagem, ao mesmo tempo em que mantêm a previsibilidade para si mesmos”.

O presente estudo se propõe a detectar as redes de deputados que foram membros da CMADS entre 2011 e 2014 e seus financiadores de campanhas, com o objetivo de identificar grupos de capital político-financeiro, vale dizer, comunidades que se formam no interior dessas redes. Tais grupos são formados pelo candidato, alvo do financiamento, e o conjunto de doadores que se forma ao redor desse alvo.

O estudo sobre grupos que associam política eleitoral e finanças tem sido

realizado no interior dos debates sobre o financiamento eleitoral, mais especificamente em uma corrente de pesquisa descrita por Mancuso et alii (2016) como recente na exploração da relação entre os recursos eleitorais e benefícios para financiadores. Destacam-se, nesse sentido, os trabalhos de Zovatto (2005), que discute características da pressão de grupos corporativos sobre partidos em 18 países latino-americanos, e de Minella (2013), indicando os recursos de análise de redes sociais para a investigação das relações de grupos empresariais na política, na condição de agentes de classe.

Diante disso, e sabendo que a busca por associações se baseia em uma necessidade de criar identidade em uma teia mais ampla de sociabilidade e poder, é possível levantar a hipótese de que as associações feitas dentro da rede de financiamento dos membros da CMADS se dão por um padrão de interesses compartilhados.

Lemieux e Ouimet (2014) trazem algumas definições necessárias para a pesquisa, como o conceito de análise estrutural, afirmando se tratar de uma maneira de abordar os fenômenos sociais, na qual fica evidente a “preocupação com a forma estável ou evolutiva que adquire a relação com os atores” (LEMIEUX & OUIOMET, 2014, p. 15). Dito isso, o programa de estudos aqui proposto lança um olhar ao sistema político brasileiro e busca identificar a forma assumida pelas relações entre os atores sociais no interior dessa estrutura.

Centralidade de grau é outro conceito importante da ARS para compreendermos os resultados que o modelo é capaz de gerar em estudos políticos. Freeman (1979) a define como sendo o número de laços diretos que um ator possui com outros atores dentro de um grafo, ou seja, reflete o círculo mais próximo, a atividade relacional imediata de cada ator em uma rede, sendo mais central aquele que tiver maior número de laços. Em nossa rede, a medida permite capturar aqueles deputados e partidos que foram por mais vezes alvo de doações, assim como os financiadores que fizeram doações em maior número.

A utilização da metodologia de redes nas ciências sociais tem-se mostrado bastante frutífera. No Brasil, pesquisadores vêm empregando a ARS na investigação de temas e objetos os mais diversos. Podemos destacar alguns exemplos: Lavalle, Castello e Bichir (2007; 2008) esquadrinham as redes que se estabelecem nas relações entre governo, políticas públicas e sociedade civil. Minella (2013) se notabiliza pelos estudos em sociologia econômica, examinando as redes constituídas a partir dos processos de financeirização do capital, enquanto Marques, Bichir e Moya (2014) mostram como a ARS vem adquirindo espaço nos estudos culturais, de migração, antropologia e ciências da informação. Autores como Wolff (2008) e Paz (2016) aplicam, respectivamente, a metodologia em investigações sobre os relacionamentos entre parlamentares e destes com suas proposições. A dinâmica organizacional dos partidos políticos a partir dos relacionamentos entre líderes partidários e filiados é o foco de Kerbauy e Assumpção (2011).

No campo mais específico das redes de financiamento eleitoral, Horochovski et al. (2016c) trazem achados referentes às estruturas de financiamento de campanha das eleições de 2010. Com tal enfoque, os autores procuram introduzir as dinâmicas relacionais nos estudos sobre o investimento eleitoral no Brasil.

O campo de pesquisa sobre financiamento eleitoral tem experimentado crescimento expressivo nas últimas décadas. O primeiro fator a explicá-lo é a própria relevância da questão, na medida em que se torna cada vez mais evidente que a democracia tem um custo e o papel do dinheiro na política, em geral, e nas eleições, em particular, é decisivo. Isso acarreta um problema de grande dimensão, tanto para os sistemas políticos quanto para seus investigadores (ZOVATTO, 2005).

Podemos perguntar, por exemplo, até que ponto o financiamento eleitoral representa uma barreira potencial à qualidade das democracias, dado que para ser bem-sucedidos em eleições, partidos e candidatos precisam de recursos, na maioria das vezes oriundos de grupos de interesse, tornando-se, uma vez eleitos, mais responsivos a esses grupos do que aos próprios cidadãos que os elegeram. O financiamento público ou por cidadãos/eleitores é modesto na comparação com as doações por empresas e a profunda assimetria na distribuição dos recursos de campanha só agrava o problema. Tal discussão pode ser encontrada em diversos trabalhos, tais como o estudo comparativo de 111 países, realizado por Bourdoka (2009) e o manual sobre financiamento de campanha de Falguera et al (2014), publicado pelo *International IDEA (International Institute for Democracy and Electoral Assistance)*.

O segundo fator a explicar o aumento dos estudos sobre financiamento eleitoral é o aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência eleitoral aliado às novas tecnologias da informação e da comunicação - TICs, que possibilitam o acesso a dados os mais diversos. No Brasil, não é diferente e, desde 2002, o TSE disponibiliza em seu sítio na internet toda prestação de contas – receitas e despesas – de partidos e candidatos, o que impulsionou a constituição de um campo de investigação próprio no País.

Com o acúmulo das pesquisas, Mancuso (2015) logrou construir um balanço da literatura brasileira sobre financiamento eleitoral, no qual três tendências principais nos estudos sobre o tema são identificadas. A primeira, reúne trabalhos que comprovam a relação entre o aporte de recursos financeiros e a quantidade de votos recebida por candidatos e partidos políticos (SAMUELS, 2001; FIGUEIREDO FILHO, 2009; PEIXOTO, 2010; LEMOS, MARCELINO & PEDERIVA, 2010; CERVI, 2010; MANCUSO E SPECK, 2012). A segunda, associa o financiamento eleitoral e os benefícios almejados pelos financiadores (ARAÚJO, 2008; ROCHA, 2011; SANTOS, 2011; BOAS, HIDALGO & RICHARDSON, 2014); enquanto a terceira tendência focaliza os determinantes do financiamento eleitoral, ou seja, os atributos de candidatos e partidos que doadores valorizam quando decidem investir em campanhas políticas (SAMUELS, 2002; BANDEIRA DE MELO, MARCON & ALBERTON, 2008; SANTOS, 2009; SACCHET & SPECK, 2011).

Esta pesquisa se insere na segunda tendência apontada por Mancuso (2015), dado que ela prospecta grupos de interesse que se formam no parlamento em uma perspectiva relacional. Ao construirmos as redes de financiamento dos deputados federais membros da CMADS, podemos visualizar quais deles receberam maior aporte de recursos, principalmente os advindos de doações de empresas, e como este fator está relacionado com a centralidade que os agentes ocupam na rede. Trata-se de um primeiro estágio para, no desdobramento futuro da investigação, analisar como a topologia da rede se relaciona à atuação dos agentes nos espaços decisórios.

⁴ Atlas de Redes de Financiamento Eleitoral pode ser encontrado em: www.getepolitica.org.

3 MATERIAIS E MÉTODOS: A TRAJETÓRIA DE EXECUÇÃO DA PESQUISA

A trajetória desta pesquisa se divide em quatro fases. A primeira, a coleta dos dados, consistiu em acessar os relatórios das atividades legislativas da CMDAS, na 54ª Legislatura (2011-2014), de maneira semiautomática ou manual, no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados. Os dados de candidaturas e prestação de contas de campanhas dos deputados federais que compõem a comissão, eleitos em 2010, foram obtidos em servidores dedicados alojados no GETE/UEPG. A base de dados formulada pelo GETE utiliza como fonte primária o sítio eletrônico do TSE e fornece as redes de financiamento referentes a cada campanha entre 2002 e 2014⁴.

A sistematização do material coletado constituiu a segunda etapa da pesquisa, na qual os dados referentes às atividades legislativas na CMADS foram tabulados em planilha, conforme o nome de cada um dos que compuseram a comissão durante o período pesquisado e a quantidade de dias em que esteve a ela vinculado. O tratamento e tabulação dessas informações, em planilhas do programa *OpenOffice Calc*, possibilitou estabelecer uma “linha de corte” de 120 dias de atuação na comissão, correspondente a um semestre legislativo completo (quatro meses). Dessa maneira, foram selecionados 72 parlamentares para o estudo.

O próximo passo foi a montagem da rede de financiamento desses 72 deputados. Segundo a teoria dos grafos, uma rede é composta por nós, que são os atores envolvidos, e por arestas, que representam os relacionamentos entre tais agentes. Os nós de nossa rede são, portanto, os deputados e os financiadores – agentes partidários, pessoas físicas e empresas – enquanto as arestas são as doações às campanhas. Nas eleições de 2010,

empresas e pessoas físicas fizeram doações para agentes partidários (diretórios nacionais, estaduais/distritais e municipais ou comitês financeiros) e/ou para candidatos. Com base nessas informações, constituímos uma rede onde estão relacionadas as doações aos 72 deputados federais membros da CMADS.

O programa *Gephi* foi a ferramenta empregada para a montagem e análise das redes, assim como para o desenho de grafos ilustrativos. As redes geradas foram submetidas a cálculos para gerar estatísticas referentes à centralidade de grau e modularidade. Optamos, posteriormente, por excluir aqueles agentes que realizam uma única doação, em geral pessoas físicas. Dessa forma, a redução de grau possibilitou preservar os nós conectores e concentrar os estudos no núcleo da rede. Outro cálculo gerado pelo programa foi o de modularidade da rede, que, ao agrupar os nós densamente conectados, reúne em cada comunidade os nós mais próximos e permite visualizar e separar os elementos conforme as comunidades às quais pertencem.

Finalmente realizamos um procedimento de conversão da rede bimodal, ou seja, com dois tipos de nós, financiadores e financiados, em duas redes unimodais, uma apenas com financiadores e outra apenas com financiados. Tal recurso permite uma metaleitura dos relacionamentos forjados pelos financiados entre os financiadores, e vice-versa. No senso comum, dispomos do jargão “amigo do meu amigo é meu amigo”. Mesmo que você não conheça o amigo do seu amigo, ainda assim, deve reconhecer que seu amigo conecta você ao amigo dele. Assim agimos na análise de redes sociais, ou seja, mesmo que um financiado não conheça outro financiado, algo inverossímil no caso de elites políticas, ainda assim assumimos como premissa que ambos estão conectados pelo financiador. Utilizamos um suplemento do *Gephi* para identificar estas metaconexões⁵.

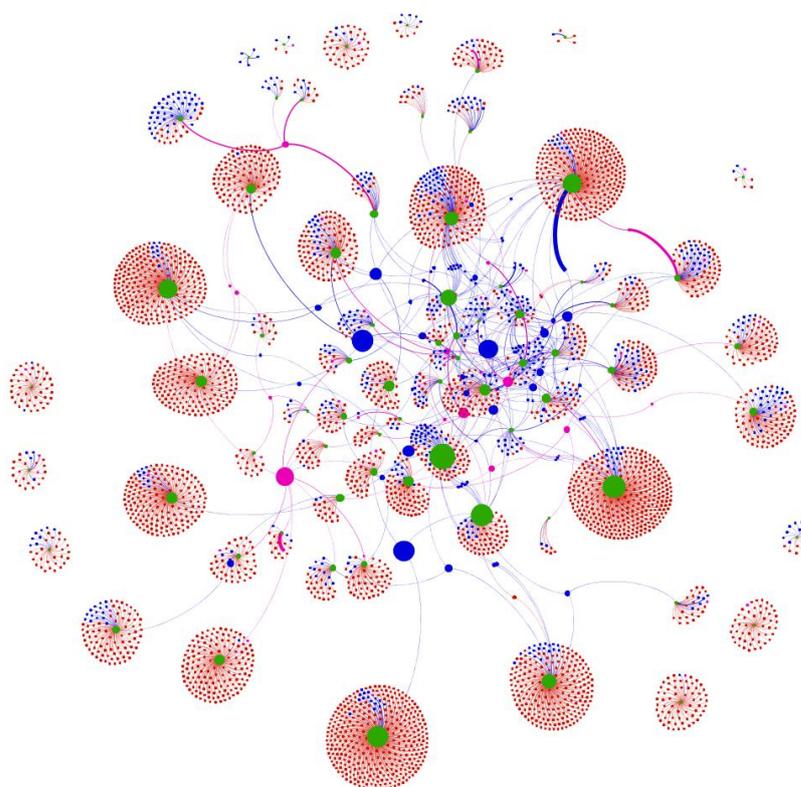
Grafos também foram gerados no próprio *Gephi* para auxiliar na leitura dos resultados, já que o programa possibilita destacar nós no grafo conforme atributos e destaca ainda, com o traçado mais forte, as arestas que “carregam” maior peso. Com base nos relatórios de rede, ou seja, nas planilhas de cálculos dos nós e das arestas, construímos os grafos e os textos para a discussão dos resultados que são apresentados a seguir.

⁵ Sobre o recurso de conversão *dual-mode / one-mode* consultar Newman (2010, p. 124-126).

4 RESULTADOS: OS ATORES CENTRAIS E SUAS “FAMÍLIAS” NA REDE DA CMADS

A rede-base gerada para os estudos é composta de 4.550 relacionamentos estabelecidos entre 4.262 financiadores privados (pessoas físicas ou jurídicas), 69 agentes partidários (diretórios e comitês) e 72 parlamentares membros da CMADS na 54ª legislatura (2011-2014). O grafo resultante da rede-base pode ser observado na figura 1 a seguir, onde os investidores pessoas físicas estão representados pela cor vermelha, as pessoas jurídicas pela cor azul, os agentes partidários pela cor rosa-púrpura e os parlamentares pela cor verde.

Figura 1 - Grafo da rede-base de financiamento dos deputados federais membros da CMADS (2011-2014)



Fonte: Banco de dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE/UEPG), com dados do TSE (BRASIL, 2015).

A rede-base é constituída por dois tipos de sub-redes, o primeiro com doze componentes isolados e o segundo, formado por um componente gigante conectado. Componentes são grupos de nós direta ou indiretamente conectados entre si. A partir da estrutura de redes identificada em diversas pesquisas, a ARS passou a postular que redes relativamente grandes e complexas tendem a ter um componente que congrega cerca de 90% dos nós e praticamente todas as conexões,

além de um número variável de componentes isolados, alguns formados por um único nó (FREEMAN, 1979). É exatamente o que acontece na rede de financiamento dos membros da CMADS.

Para os propósitos deste artigo, optamos por excluir os componentes isolados (no grafo, os grupos de nós desconectados do núcleo central da rede) da análise em função do reduzido impacto de conectividade, e de sua pouca expressão numérica, pois eles contêm, em conjunto, apenas 7,3% dos nós da rede. Dessa forma, nos debruçamos mais detidamente sobre o componente gigante. O quantitativo dos componentes pode ser observado na tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Quantitativo dos componentes da Rede-base

Rede-base		12 Componentes Isolados			Componente Gigante		
				% rede base			% rede base
Total de Nós	4.403	Total de Nós	320	7,3	Total de Nós	4.083	92,7
Parlamentares	72	Parlamentares	9	12,5	Parlamentares	63	87,5
AGPs	69	AGPs	12	17,4	AGPs	57	82,6
PF	3.527	PF	258	7,3	PF	3.269	92,7
PJ	735	PJ	41	5,6	PJ	694	94,4
Arestas	4.550	Arestas	308	6,8	Arestas	4.242	93,2
Valor transacionado (R\$)	63.272.564	Valor transacionado (R\$)	3.703.208	5,9	Valor transacionado (R\$)	59.569.356	94,1

Fonte: Banco de dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE/UEPG), com dados do TSE (BRASIL, 2015).

O componente gigante contém 3.919 investidores que realizaram apenas uma doação e que, portanto, não cumprem qualquer papel conector na rede, mesmo que a doação tenha sido de valor expressivo. Na medida em que nosso objetivo é analisar a conectividade estrutural dos atores da rede, excluimos esses doadores que apresentam apenas um relacionamento, chamados de “grau 1”, preservando aqueles com dois ou mais relacionamentos, portanto com grau igual ou superior a 2. Ao realizar esse procedimento, deparamo-nos com uma rede bem menor que a anterior, com apenas 164 nós, sendo 18 agentes partidários, 60 candidatos, 83 empresas e somente três pessoas físicas. Nota-se a inversão da proporção de pessoas físicas e pessoas jurídicas na rede, uma vez que aquelas originalmente eram 3.269. O quantitativo dessa redução pode ser observado na tabela 2 a seguir.

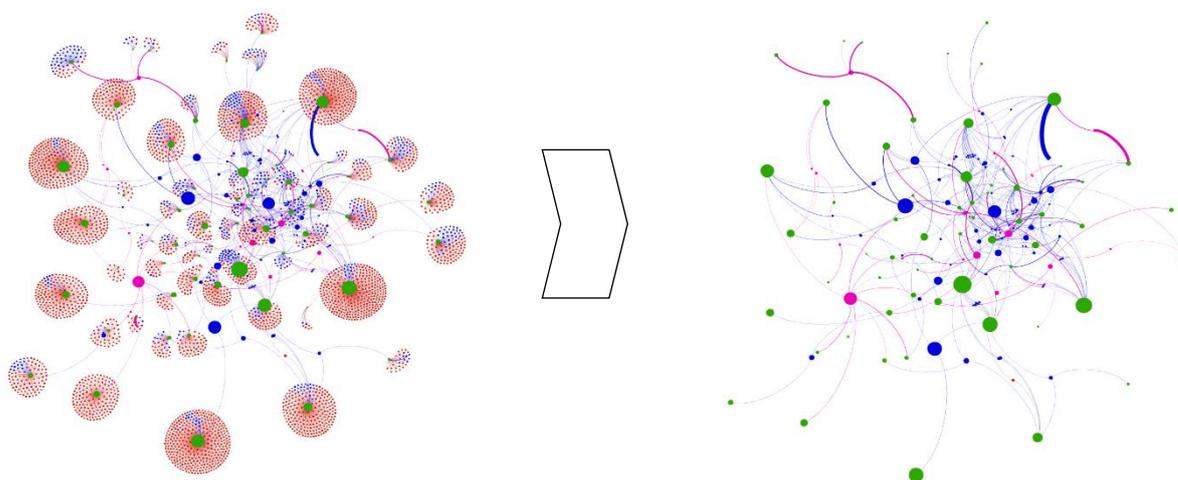
Tabela 2. Quantitativo do componente gigante reduzido em grau 2

Componente Gigante		Componente Gigante Reduzido Grau 2		% do Comp Gig
Total de Nós	4.083	Total de Nós	164	4,0
Parlamentares	63	Parlamentares	60	95,2
AGPs	57	AGPs	18	31,6
PF	3.269	PF	3	0,1
PJ	694	PJ	83	12,0
Arestas	4.242	Arestas	323	7,6
Valor transacionado R\$	59.569.356,00	Valor transacionado R\$	27.729.440,00	46,5

Fonte: Banco de dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE/UEPG), com dados do TSE (BRASIL, 2015).

Reduzir a rede se faz necessário posto que buscamos realizar um estudo topológico da estrutura de financiamento dos membros da CMADS, portanto, eliminamos “camadas” superficiais da rede para capturar sua estrutura. Os grafos representativos dessa redução podem ser observados na figura 2 a seguir.

Figura 2. Grafo do componente gigante reduzido em grau 2 da rede de financiamento dos deputados federais membros da CMADS (2011-2014)



Fonte: Banco de dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE/UEPG), com dados do TSE (BRASIL, 2015).

No grafo não reduzido, percebemos as pessoas físicas se acumulando em torno de um alvo, sem conexão com os demais, em posições periféricas da rede, enquanto as empresas aparecem concentradas no centro, como agente conectores. Por esse motivo, concentramos a discussão dos resultados no componente gigante reduzido em grau 2, identificando especialmente as “famílias” formadas nesta rede reduzida.

Os atores de uma rede estabelecem relações distintas entre si, especialmente percebidas em função da proximidade verificada entre uns e afastamentos entre outros. Dada essa condição estrutural da constituição de redes sociais, buscamos identificar as comunidades formadas pelas relações de proximidade entre financiadores e parlamentares. Aplicamos o cálculo de modularidade de rede em resolução 2,5 para obtermos seis comunidades, cuja composição pode ser observada no quadro 1 a seguir.

Quadro 1. Comunidades do componente gigante reduzido em grau 2

	ROSA	VERMELHO	LARANJA	VERDE	AZUL	VERDE CLARO
Financiadores	1 AGP	6	4	34 (7 AGPs)	51 (5 AGPs)	8 (3 AGPs)
Parlamentares	4	10	2	20	18	6
Membros Bancada Ruralista	0	0	2	7	7	1
Partido/UF Preponderante	PMDB RJ	PT	PR	PMDB, PSC	DEM, PSDB	PSDB, PSD
Principais Financiadores	Agente Partidário (PMDB RJ)	Construção, Mineração	Mineração, Construção	Agroindústria, Construção e Banco/financeira	Agroindústria, Banco/Financeira e Bioenergia	Mineração/siderurgia e Construção
Média R\$ doações recebidas por parlamentar	538.309	170.866	2.279.113	342.903 Total de Nós	566.408	375.982

Fonte: Banco de dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE/UEPG), com dados do TSE (BRASIL, 2015).

O grafo do componente gigante reduzido em grau 2 e distribuído por modularidade pode ser observadas na figura 3 a seguir:

Ao aplicar o recurso de cálculo de modularidade, foi possível identificar duas comunidades pouco expressivas, representadas no grafo nas cores rosa e laranja. A primeira é formada por parlamentares do PMDB-RJ⁶ e um agente partidário (PMDB-RJ). A segunda comunidade compõe-se do diretório nacional do PR e de dois parlamentares do mesmo partido, ambos membros da bancada ruralista na Câmara e financiados por empresas do setor de mineração e siderurgia. Tal nucleação sugere a existência de relações específicas de financiamento, fator que proporcionaria estudos focados nesses grupos para a detecção de atuação parlamentar direcionada aos interesses dos financiadores no interior da CMADS.

A comunidade vermelha apresenta uma característica bastante marcante ao ser composta exclusivamente por parlamentares do PT que, financiados por empresas mineradoras e da construção civil e de infraestrutura, apresentam a menor média de doações recebidas por parlamentares em suas comunidades. Tal nucleação também sugere vínculos específicos desse grupo com seus financiadores, condição que implicaria práticas parlamentares comuns. A comunidade verde-claro, financiada por empresas de infraestrutura e composta por parlamentares do PSDB e do PSD, apresenta características semelhantes à vermelha, todavia com média de doações recebidas bastante superiores às daquela.

As duas grandes comunidades, verde e azul, diferenciam-se por apresentar em sua composição um terço dos parlamentares membros da bancada ruralista na Câmara. Ambas as comunidades apresentam um perfil semelhante de financiadores, sendo eles agroindústria e pecuária, banco e financeira, bioenergia, mineração, papel e celulose, construção e armas e munição. Na comunidade verde, é preponderante a presença de parlamentares eleitos pelo PMDB e PSC, embora apresente o Deputado Nelson Marchezan Jr. (PSDB) como expoente em conectividade. Distintamente de outras, nesta comunidade se destaca a conectividade (por grau) alcançada por alguns financiadores, especialmente JBS, ITAÚ e KLABIN. Na comunidade azul, estão reunidos os parlamentares mais bem financiados e conectados (por grau) da rede de financiamento da CMADS, sendo a maioria deles, 10 de 18, do DEM e do PSDB. Ambas as comunidades são bastante sugestivas para o desenvolvimento de estudos seletivos sobre a relação entre financiamento e atuação parlamentar, tanto a comunidade verde, por seu acentuado inter-relacionamento, quanto a comunidade azul, em função dos valores aportados pelos

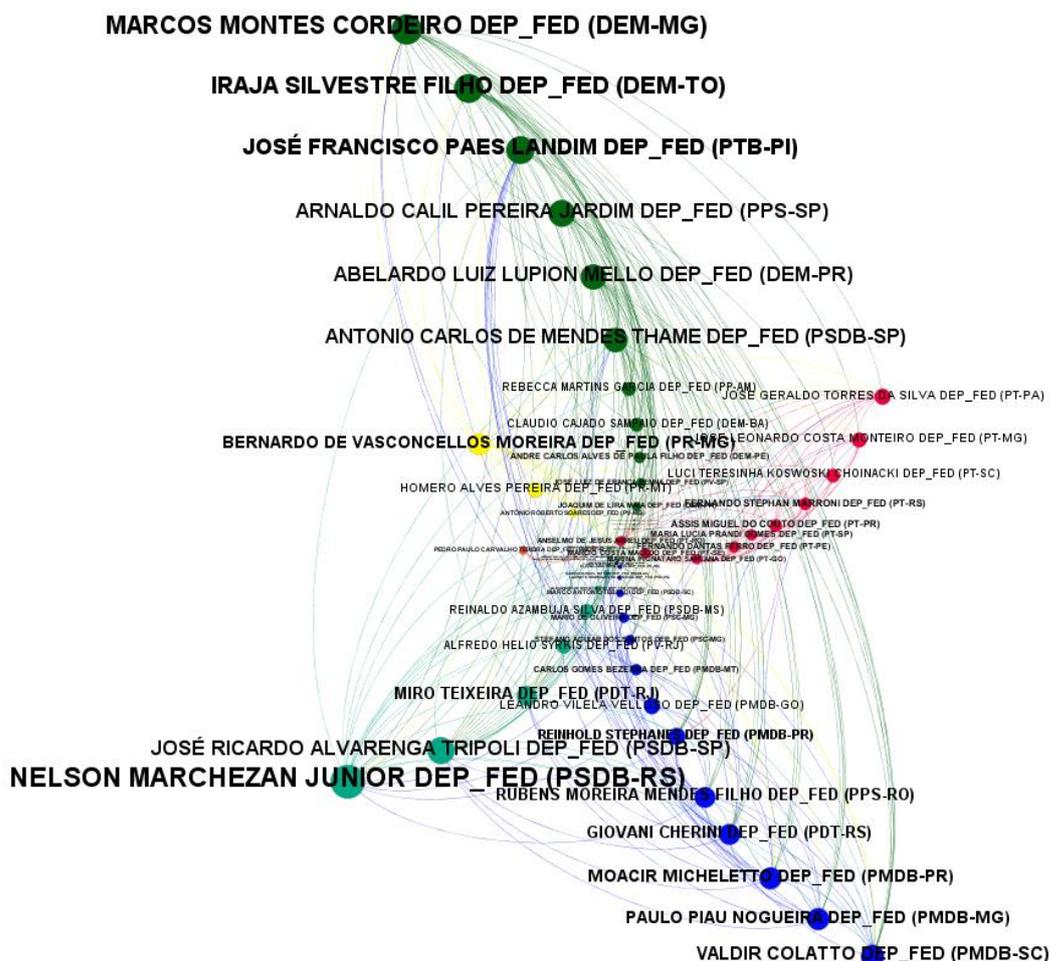
⁶ Ao fim do texto, o leitor encontra lista anexa com as siglas e nomes dos partidos citados no artigo.

financiadores.

Com o objetivo de aprimorar a análise das comunidades formadas por relações de financiamento na CMADS, realizamos um procedimento para identificar as metaconexões entre financiados e entre financiadores. Utilizamos um recurso da teoria dos grafos, já descrito no tópico de métodos, para identificar como os parlamentares estão conectados por intermédio de seus financiadores, e, em seu reverso, como os financiadores estão conectados por meio de seus parlamentares financiados. Os resultados de ambas as explorações identificam grupos de parlamentares e de financiadores que podem ser estudados seletivamente quanto à atuação articulada na defesa de seus interesses.

A primeira rede unimodal que elaboramos é a de parlamentares conectados por financiadores, cujo grafo, distribuído por comunidades e graduado por centralidade de grau, pode ser observado na figura 4.

Figura 4. Rede unimodal parlamentar-parlamentar conectados por financiadores



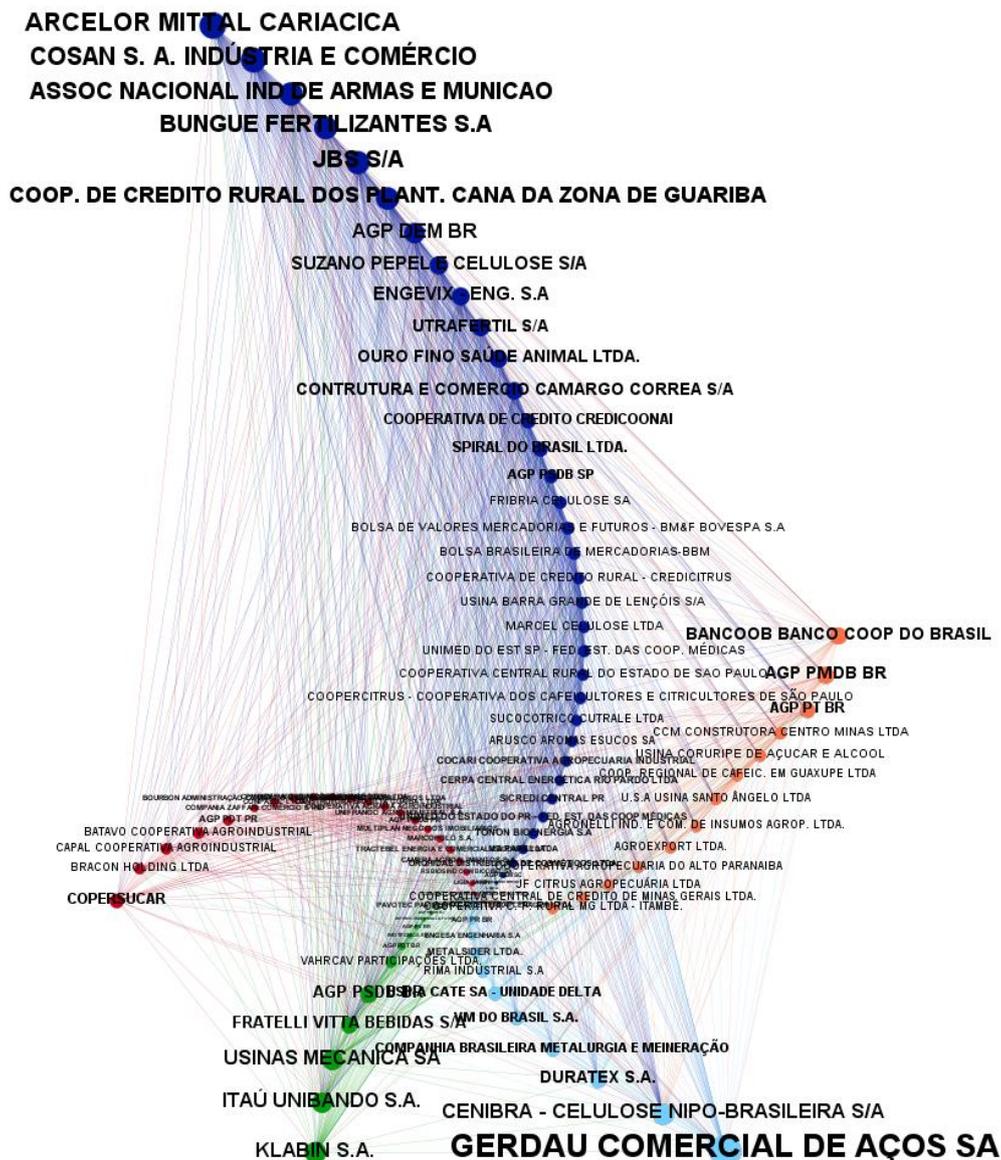
Fonte: Banco de dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE/UEPG), com dados do TSE (BRASIL, 2015).

As seis comunidades identificadas confirmam, em parte, os achados da exploração da rede bimodal anterior. Duas pequenas comunidades, amarela e laranja, a primeira com três parlamentares do PR e a segunda formada por quatro parlamentares do PMDB-RJ, apresentam baixo grau de relação com as demais, comunidades, assim como seus membros estão conectados por poucos financiadores. A comunidade vermelha é composta por dez parlamentares do PT, todos com uma reduzida capacidade de interconexão na rede, pois seus financiadores concentraram seus recursos nos parlamentares desta comunidade “petista”, pouco financiando os demais parlamentares das demais comunidades.

Diferentemente da comunidade vermelha, as três outras comunidades apresentam uma elevada capacidade de inter-relação, resultado de financiadores em comum tanto entre os parlamentares dessas comunidades quanto também de muitos financiadores serem compartilhados entre as comunidades. A maior comunidade é a azul, com 16 parlamentares, majoritariamente do PMDB e PSC. A comunidade verde-claro é ocupada majoritariamente por parlamentares do PSDB, com a presença de Miro Teixeira (PDT-RJ) como conector de relevo. A comunidade verde, composta por membros do DEM e PSDB (embora com a presença isolada do parlamentar José Francisco Paes Landin, do PTB-PI), apresenta os parlamentares com o maior grau de conexão, ou seja, os mais bem conectados aos diversos financiadores da rede.

A segunda rede unimodal revela como os financiadores estão conectados por meio de seus parlamentares financiados, ou seja, as comunidades de financiadores formadas pelas relações de financiamento e que potencialmente atuam no âmbito da CMADS. O grafo resultante da leitura destas metaconexões pode ser observado na figura 5.

Figura 5. Rede unimodal financiador-financiador conectados por parlamentares



Fonte: Banco de dados do Grupo de Estudos Territoriais (GETE/UEPG), com dados do TSE (BRASIL, 2015).

Conforme podemos observar no grafo anterior, a maior comunidade (azul) mostra as relações entre agentes partidários, comitês e diretórios, do DEM-BR e PSDB-SP e, principalmente, setores empresariais da agroindústria, banco/financeira, bioenergia e papel e celulose, com a maior conectividade de grau ocupada pela Arcelor Mittal, um complexo de exploração florestal, mineradora e siderúrgica. A comunidade vermelha agrega agentes partidários do Paraná (PMDB e PDT) em relações estreitas com grandes financiadores do setor agroindustrial, enquanto a comunidade verde revela os relacionamentos entre agentes partidários nacionais do PSDB, PDT, PV, PSB e PSC com os setores produtores de papel e celulose, mineração e banco/financeira.

As comunidades azul-claro e laranja caracterizam-se por relações distintas das demais. A primeira concentra relacionamentos de financiadores das áreas de mineração, siderurgia e papel e celulose com o comitê e diretório nacional do PR, possivelmente em função da posição desta sigla no governo federal entre 2003 e 2010. A comunidade laranja exprime as relações entre os agentes partidários do PT e do PMDB com cooperativas, agroindustriais e de crédito, no País, em um caráter corporativo distinto dos demais setores financiadores.

Diferentemente das explorações anteriores, na rede unimodal de financiadores conectados por parlamentares financiados, não encontramos nenhuma comunidade com reduzido número de membros e, especialmente, as relações tanto entre as empresas financiadoras quanto entre quatro das cinco comunidades de financiadores são bastante intensas, indicando uma acentuada conectividade entre quase todas as empresas.

5 Considerações finais

Diante dos achados relatados acima, é possível discutir alguns aspectos da rede de financiamento dos deputados membros da CMADS, entre 2011 e 2014. Em primeiro lugar, resta evidente a forte atuação dos agentes partidários, uma vez que eles correspondiam a 84% da primeira rede, o que indica o poder de influência desses agentes sobre conjunto dos eleitos, considerando a qualidade das posições que assumem e a dimensão dos recursos que mobilizam. Os resultados permitem afirmar que se trata de um comportamento padrão dos agentes partidários posicionar-se com centralidade na rede, com destaque para os Diretórios Nacionais do PSDB, DEM, PMDB e PT, os quatro maiores partidos nas eleições de 2010.

Sobre os componentes isolados, cuja maioria dos financiadores é formada por pessoas físicas, os resultados obtidos permitem reafirmar a pouca relevância desses agentes para o fenômeno que se pretende demonstrar, visto que, além de não serem conectores, representam apenas 7% da rede geral. A título de exemplo, é em um desses componentes que se encontram o Diretório Nacional do PSOL e o deputado Chico Alencar, representante fluminense do partido, com ambos ostentando a maior centralidade dentre os elementos isolados, o que possivelmente indica orientação partidária de preservar a autonomia em relação à influência das grandes empresas financiadoras de campanha. É interessante, portanto, aprofundar as pesquisas no sentido de verificar se tal orientação se expressa no posicionamento desse partido e de seu representante na comissão.

No componente gigante conectado, por seu turno, merece destaque a formação de comunidades formadas pela proximidade e semelhança entre investidores e parlamentares no interior da CMADS, ou seja, pela identidade entre esses atores, constituída a partir dos interesses que compartilham. É relevante, nessas comunidades, a presença, entre os atores com maior grau, de empresas de setores diretamente interessados nos processos decisórios relacionados ao meio ambiente, a saber, mineração e siderurgia, agroindústria e pecuária, fertilizantes, papel e celulose, mineração e siderurgia, banco e financeiras, construção, armas e munição e bioenergia.

As posições desses grupos financiadores estão relacionadas ao controle do fluxo de influências, o que indica a potencialidade desses agentes de se comportar

como interlocutores das relações entre os demais atores da rede. Além disso, esses doadores não parecem direcionar seus investimentos para campanhas de parlamentares identificados com o ambientalismo, apesar de (ou justamente por) se tratar de uma comissão parlamentar devotada ao tema do meio ambiente e à exploração econômica dos recursos naturais, por onde passa o processo legislativo a ele atinente.

Uma vez comprovada a força explicativa do modelo proposto, os resultados gerados acarretam uma agenda de pesquisa que relacione os resultados obtidos nesta investigação com os atributos dos atores que compõem a rede, como a pertença do deputado alvo de financiamento à mesa diretora, o número de relatorias em seu nome, propostas aprovadas, ideologia partidária, capital político, defesa de interesses específicos, gênero, escolaridade, entre outros. Outra perspectiva de ampliação dos estudos é dada pela identificação obrigatória do fluxo de financiamento da pessoa jurídica ou física para o agente partidário e deste para o candidato, a partir das eleições de 2014. Tendo como objeto a 55^a Legislatura, iniciada em 2015, é possível prospectar, com mais exatidão, as relações entre empresas e partidos, por exemplo.

O presente trabalho abre ainda uma janela para futuros aprofundamentos analíticos dos resultados, que busquem verificar o compartilhamento de interesses no interior dos grupos de capital político-financeiro e parlamentares que se formam na rede de financiamento eleitoral dos membros da CMADS e, assim, apontar caminhos que ajudem a responder de que forma a teia relacional forjada pelas doações de campanha afeta a agenda, o comportamento e a produção parlamentar. Trata-se de programa inédito tanto em estudos de redes sociais quanto de financiamento eleitoral.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G. B. **O déficit entre acordado e realizado no Mercosul**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BANDEIRA DE MELLO, R.; MARCON, R.; ALBERTON, A. Drivers of Discretionary Firm Donations in Brazil. **Brazilian Administration Review**, v. 5, p. 4, p. 275-288, 2008.

BLONDEL, V. D. et al. Fast unfolding of communities in large networks. **Journal of Statistical Mechanics: Theory and Experiment**, n. 10, 2008.

BOAS, T.C.; HIDALGO, F.D.; RICHARDSON, N.P. 2014. The Spoils of Victory: Campaign Donations and Government Contracts in Brazil. **The Journal of Politics**, v. 76, n. 2, p. 415-429, 2014.

BOURDOUKAN, A. Y. **O bolso e a urna: financiamento político em perspectiva comparada**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo: 2009.

BRASIL. **Decreto n. 12.527**, de 18 de nov. de 2017. Lei do Acesso à Informação. Brasília, nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-

2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 10 jun. 2017.

CERVI, E. U. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de Estado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 4. p. 135-167, 2010.

CLAESSENS, S.; FEIJEN, E.; LAEVEN, L. **Journal of Financial Economics**, v. 88, n. 3, p. 554-580, 2008.

DEGENNE, A.; FORSE, M. **Introducing social networks**. London: Sage, 2007.

FALGUERA, E.; JONES, S.; OHMAN, M. INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE. **Funding of political parties and election campaigns: a handbook on political finance**. Stockholm: IDEA, 2014.

FIGUEIREDO FILHO, D. B., 2009. **O elo corporativo? Grupos de interesse, financiamento de campanha e regulação eleitoral**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

FREEMAN, L. C. Centrality in social networks. **Social Networks**, v. 1, n. 2, p. 215-239, 1979.

GONÇALVES, M.P. Financiamento político e benefícios tributários: uma análise da atuação de setores contemplados com benefícios tributários no financiamento de campanhas eleitorais (2003-2010). **Anais. 35º Encontro da Anpocs**. Caxambu, 2011.
GONÇALVES, M.P. **O ciclo da política nacional de concessão de benefícios tributários**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

HOROCHOVSKI, R. et al. Um modelo para capturar a relação entre financiamento eleitoral e contratação de bens e serviços: o caso de Curitiba. **Newsletter. Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil**. v. 3, n.3. 2016a.

HOROCHOVSKI, R. et al. As mudanças no Código Florestal Brasileiro: uma análise de gênero, ideologia partidária e financiamento de campanha das bancadas parlamentares. **Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, v. 2, n. 2, p. 3-25, dez. 2016b.

HOROCHOVSKI, R. et al. Estruturas de poder nas redes de financiamento político nas eleições de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, v. 22, n. 1, p. 28-54, abr. 2016c.

KERBAUY, M. T. M.; ASSUMPÇÃO, R. P. S. Redes sociais e capital político: uma proposta teórico-metodológica para análise das organizações partidárias brasileiras. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 18 p. 301-332, 2011.

LAVALLE, A G.; CASTELLO, G.; BICHIR, R. M. Atores periféricos na sociedade civil: redes e centralidades de organizações em São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências**

Sociais, v. 23, n. 68, p. 73-96, 2008.

LAVALLE, A G.; CASTELLO, G.; BICHIR, R. M. Protagonistas na sociedade civil: redes e centralidades de organizações civis em São Paulo. **Dados**, v. 50, n. 3, p. 465-498, 2007.

LAZZARINI, S. G. et al. What Do Development Banks Do? Evidence from Brazil, 2002-2009. Harvard Business School, **Working Paper** n. 12-047. University of Harvard, 2011.

LEMIEUX, V.; OUIOMET, M. **Análise Estrutural de Redes Sociais**. Lisboa: Instituto Piaget, 2014.

LEMONS, L. B.; MARCELINO, D.; PEDERIVA, J. H. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 366-393, 2010.

MANCUSO, W. P.; SPECK, B. W. Financiamento empresarial e desempenho eleitoral no Brasil: um estudo das eleições para deputado federal em 2010. In **VIII Workshop Empresa, Empresários e Sociedade**, Curitiba, 2012.

MANCUSO, W. P. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 155-183, 2015.

MANCUSO, W. P. et al. Corporate Dependence in Brazil's 2010 Elections for Federal Deputy. **Brazilian Political Science Review**, v. 10, n. 3, p. 1-24, 2016.

MARQUES, E.; BICHIR, R.; MOYA, E. Notas sobre el análisis de redes sociales en Brasil. **Redes: revista hispana para el análisis de redes sociales**, v. 25, n. 1, p. 85-93, 2014.

MINELLA, A. C. Análise de redes sociais, classes sociais e marxismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 28, 83, p. 185-194, 2013.

MIZRUCHI, M. S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 3, p. 72-86, abr. 2006.

NEWMAN, Mark. **Networks: an introduction**. Oxford university press, 2010.

PAZ, F. **Redes de parlamentares na Câmara dos Deputados: uma metodologia de análise da atuação política no Brasil**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2016.

PEIXOTO, V. M. **Eleições e financiamento de campanhas no Brasil**. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2010.

ROCHA, D. Relações entre dispêndios do BNDES e financiamento eleitoral no

governo Lula: uma análise empírica. In **35° Encontro da Anpocs**. Caxambu, 2011.

SACCHET, T.; SPECK, B.W. Partidos políticos e (sub)representação feminina nas esferas legislativas: um estudo sobre recrutamento eleitoral e financiamento de campanhas. In **Conferência IPSA-ECPR “Whatever Happened to NorthSouth?”** São Paulo, 2011.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SAMUELS, D. Money, elections, and democracy in Brasil. **Latin American Politics and Society**, v. 43, n. 2, p. 27-48, 2001.

SAMUELS, D. Pork Barreling is not Credit Claiming or Advertising: Campaign Finance and the Source of the Personal Vote in Brazil. **The Journal of Politics**, v. 64, n. 3, p. 845-863, 2002.

SANTOS, M. L.. **O parlamento sob influência: o lobby da indústria na Câmara dos Deputados**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SANTOS, R.D. **A economia política das eleições 2002: Um estudo sobre a concentração de financiamento de campanha para deputado federal**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas de Candidaturas**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/estatisticas>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

WHITE, H. C. **Identity and Control: A Structural Theory of Social Action**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1992

WOLF, F. **O comportamento dos deputados na Câmara Federal: uma abordagem de redes sociais**. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ZOVATTO, D. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. **Opinião Pública**, v. 11, n. 2, p. 287-336, 2005.

Rodrigo Rossi Horochovski. Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor associado da Universidade Federal do Paraná. Rodrigo Horochovski rodrigo33@gmail.com

Ivan Jairo Junckes. doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor na Universidade Federal do Paraná. ivanjairojunckes@gmail.com

Tainá Reis Serafim. Graduação em andamento em Gestão Pública - Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq.

Pedro Bastos Neto. Graduação em andamento em Informática e Cidadania - Universidade Federal de Santa Catarina.

Submetido em: 12/05/2017

Aprovado em: 05/08/2017

Anexo – Lista de siglas e nomes dos partidos políticos citados no artigo

DEM – DEMOCRATAS

PDT – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

PR – PARTIDO DA REPÚBLICA

PSB – PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

PSC – PARTIDO SOCIAL CRISTÃO

PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

PSDB – PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

PSOL – PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

PTB – PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

PV – PATIDO VERDE